



## **ABERTURA POLÍTICA, REDEMOCRATIZAÇÃO E PROTESTO AMBIENTAL**

**SILVA, Ana Carla Isquierdo da<sup>1</sup>, BRIÃO, Daísa Vianna<sup>2</sup>, OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Acadêmica de Ciências Sociais UFPel, bolsista de Graduação ([anacarlaisquierdo@hotmail.com](mailto:anacarlaisquierdo@hotmail.com)).

<sup>2</sup> Acadêmica de Ciências Sociais UFPel, bolsista de Iniciação Científica – FAPERGS ([daisabriao@yahoo.com.br](mailto:daisabriao@yahoo.com.br)).

<sup>3</sup> Prof. do Departamento de Sociologia e Política - UFPel ([wilson@ufpel.edu.br](mailto:wilson@ufpel.edu.br)).

### **1. INTRODUÇÃO**

Os anos de 1980 têm se caracterizado pela forte imbricação entre “lutas ambientais” e “sociais”, resultado de uma maior aproximação entre associações ambientalistas, sindicatos, partidos políticos e ONG’s “sociais”. Nessa comunicação a utilização de manifestações e de protestos públicos é tomada como uma situação exemplar para a observação empírica do maior entrelaçamento das redes de liderança de diferentes organizações e movimentos sociais vinculados à defesa de causas ambientais. Para isso, são examinadas as relações entre o recurso a tais repertórios de ação militante, os tipos de causas defendidas e as características sociais das organizações e das lideranças que promovem e sustentam tais mobilizações.

Tal proposta está alicerçada em discussões e confrontos relativos ao estudo dos chamados “movimentos sociais”, uma vez que foi a partir das análises sobre essa temática que se desenvolveram algumas das principais ferramentas analíticas para a investigação empírica das condições de emergência e das dinâmicas das manifestações e protestos públicos em defesa de causas ambientais. Todavia, na literatura nacional ainda são recentes os trabalhos que focalizam essa questão como objeto de investigação empírica. Isso porque a temática dos movimentos sociais emergiu nas ciências sociais brasileiras durante o processo de redemocratização, o qual se caracterizou por uma grande proliferação de organizações e “movimentos sociais” vinculados às mobilizações pela “democratização” (MISCHE, 1997). Trata-se de um contexto político no qual estava em jogo, também para as camadas escolarizadas e intelectuais, a afirmação e o exercício de seu papel de “ator político” pela inserção em manifestações da “sociedade civil” e através de estratégias voltadas para fora do meio intelectual, tais como os partidos políticos, os movimentos sociais e as classes populares (PÉCAUT, 1990). Com isso, grande parte da produção acadêmica foi marcada pela atribuição da “potencialidade revolucionária” dos movimentos sociais para a “transformação” da sociedade e das estruturas de dominação existentes (CARDOSO, 1987). Em consonância com isso, as apropriações da literatura internacional e, mais especificamente, das teorias dos “Novos Movimentos Sociais” foi orientada pela preocupação teórico-normativa de defender a novidade, autonomia e resistência dos movimentos populares na “luta

contra o Estado” (SADER & PAOLI, 1986; CARDOSO, 1987). Diferentemente do que ocorria no Brasil, a literatura internacional nesse mesmo período estava passando por significativos avanços quanto ao desafio de elaboração de novas perspectivas teóricas e conceituais sobre a relação entre estruturas de oportunidades políticas, posição de classe e redes sociais no estudo das manifestações e protestos coletivos.

Em decorrência das interações crescentes entre pesquisadores que explicavam a participação em manifestações e protestos coletivos com base na “origem de classe” de seus membros e os que focalizavam os “sistemas de interação” que conduzem os indivíduos às “ações coletivas”, novas ferramentas teóricas e metodológicas foram elaboradas. Até finais dos anos de 1960, as mobilizações operárias e sindicais tinham se fixado nas ciências sociais como uma espécie de “protótipo” para o estudo das mobilizações coletivas (GOHN, 1997). Foi somente com a emergência de mobilizações e movimentos como o dos direitos humanos, o das mulheres, o pela paz, o contra a guerra do Vietnã, o estudantil, o ambientalista, o antinuclear, etc., que tal situação começou a mudar (NEVEU, 1996). De acordo com tais abordagens as disposições individuais para a participação em movimentos e protestos coletivos estão estreitamente ligadas às desigualdades das condições sociais de origem e dos respectivos capitais (sociais, econômicos, políticos e culturais) possuídos pelos diferentes agentes sociais, devendo ser apreendidas em relação à posição e trajetória social dos militantes (BOURDIEU, 1979; EDER, 2002). Em meio a uma grande variedade de posições teóricas e metodológicas, tais estudos têm colocado em pauta o problema das relações entre condição de classe, disposições individuais e dinâmicas de participação política. Sem descartar a pertinência da estrutura e dos recursos organizacionais que possibilitam o surgimento de protestos coletivos, e em contraponto às abordagens centradas no “pertencimento de classe” dos militantes, um outro contingente de trabalhos tem salientado a importância dos “laços interpessoais” e das “redes pré-existentes” para a adesão e a continuidade do engajamento em mobilizações coletivas. Por isso, as “disposições psicológicas”, os recursos organizacionais e institucionais, bem como as características de classe, somente funcionam como condições efetivas de engajamento quando aparecem associadas à existência de laços interpessoais e de vínculos anteriores com participantes dos movimentos. Assim sendo, um dos principais problemas destacados por tal literatura refere-se à relação entre inscrição dos atores numa multiplicidade de mundos sociais e dinâmicas de engajamento individual (FILLIEULE, 2001).

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

O material utilizado como fonte de informação consistiu, primeiramente, no levantamento de documentos e publicações sobre a história do movimento ambientalista, com o intuito de fazer um inventário do surgimento, das especificidades e das principais mudanças nos repertórios de ação coletiva que têm caracterizado as mobilizações ambientalistas entre 1970-2007. Em segundo lugar, na constituição de um banco de dados com base na coleta de artigos de jornais de âmbito regional sobre os protestos ambientais realizados entre 1997-2007, com o fim de elaborar uma espécie de “mapa” das diferentes modalidades de causas ambientais que são objeto de protestos públicos e do conjunto de organizações e lideranças que promovem e dão sustentação a tais mobilizações. Em terceiro lugar, na realização de entrevistas biográficas (BEAUD; WEBER, 1998) com as principais lideranças que exerceram o papel de “pessoa-ponte” (MISCHE, 1997) entre os

diferentes tipos de organizações e movimentos vinculados aos protestos realizados, com o objetivo de apreender suas trajetórias sociais, militantes e profissionais, seus vínculos anteriores e suas militâncias múltiplas em organizações e movimentos sociais diversificados.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com base em tais orientações levanta-se a hipótese de que as transformações das formas de manifestação e de protestos coletivos estão estreitamente ligadas às características particulares do contexto político nacional e internacional, na medida em que o tipo de contexto influencia a conformação dos tipos de causas, assim como dos respectivos atores, recursos e vínculos associados ao ativismo ambientalista. Nesse sentido, pode-se dizer que, no caso brasileiro, o contexto político denominado como de “abertura política” e de “redemocratização” constitui um marco do aparecimento de novos repertórios de ação coletiva na defesa de causas ambientais. Todavia, paralelo à modificação de um contexto de “fechamento” do sistema político para outro de “abertura política”, trata-se de salientar também que as modificações dos repertórios de ação coletiva colocados em prática na defesa ambiental decorrem de transformações significativas nas bases sociais do ativismo ambiental, ou mais especificamente nos tipos de recursos e respectivos vínculos que conduzem à defesa de causas ambientais: de um lado, um militantismo composto por lideranças com origens sociais elevadas, estreitamente ligados às elites econômicas, militares, políticas e culturais, dotadas de disposições cosmopolitas adquiridas no universo familiar e reforçadas através de sua inserção na esfera internacional; do outro, um militantismo que se caracteriza pelo ingresso de indivíduos com origens sociais mais baixas e heterogêneas, predominantemente vinculados a organizações estudantis, partidárias e “movimentos sociais” diversificados e que são os principais protagonistas da aproximação entre as questões ambientais e as lutas sociais e políticas que agitavam o contexto político nacional naquele momento. Dentre os principais fatores que contribuíram para tal mudança destacam-se os seguintes: a ampliação dos usos instrumentais da escolarização e da formação profissional com vistas à politização e à articulação de diferentes esferas de atuação; a intensificação do “fenômeno da militância múltipla” que tornou as redes de liderança de diferentes organizações e movimentos sociais extremamente interligadas; a transformação das bases sociais e das dinâmicas de ingresso em tal militantismo que modificou consideravelmente as estruturas das redes interpessoais e institucionais vinculadas a tais mobilizações.

Dessa forma, a investigação demonstrou que até o início dos anos de 1970, as formas de mobilização em defesa de causas ambientais eram realizadas por lideranças cuja atuação em associações ambientalistas estava estreitamente vinculada à ocupação de cargos nos setores “técnico-científicos” e na burocracia estatal da época: tratava-se, por um lado, de naturalistas, botânicos, jornalistas, escritores e políticos e, por outro, de agentes que exerciam funções públicas ou burocráticas na administração estatal (OLIVEIRA, 2007). Diferente do que acontecia nessa fase “conservacionista” ou “preservacionista”, os anos de 1970 se caracterizam pelo aparecimento de novos repertórios de ação coletiva: ações de denúncia, de mobilização da opinião pública, organização de manifestações de rua e de campanhas de politização de diversos temas, etc. Dentre os diversos protestos públicos ocorridos nesse período, um evento exemplar em âmbito nacional foi a mobilização contra o “projeto de Itaipu” que, sob a promessa de construção da “maior hidrelétrica do mundo”, por parte do governo militar, iria fazer desaparecer o

Parque Nacional de Sete Quedas. Tal mobilização, ocorrida no ano de 1982, reuniu de forma inédita grupos ambientalistas de diversas regiões do país e constitui um marco de certas mudanças que começam a ocorrer nas dinâmicas de protesto em defesa de causas ambientais.

Um bom exemplo dessa maior aproximação entre lutas “ambientais” e “sociais” é a criação do Núcleo de Ecologistas do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1985, a partir da iniciativa de dirigentes das principais associações ambientalistas que também faziam parte do referido partido. Tal núcleo tinha como objetivo principal reunir os “ecologistas petistas” que atuavam em diferentes entidades e propor uma intervenção organizada no “movimento ecológico gaúcho” (TORNQUIST, 1992). Foi também nesse período que as organizações ambientalistas começaram a se articular com partidos políticos para apoiar as candidaturas de lideranças comprometidas com a causa ambiental. Trata-se, portanto, de um período no qual ocorre uma forte imbricação entre “lutas ambientais” e “sociais” que se manifesta, principalmente, pela maior aproximação entre associações ambientalistas, sindicatos, ONG’s “sociais” e grupos herdeiros dos movimentos populares da década de 1970, bem como pela incorporação de forma generalizada de debates e reivindicações ambientais pelos setores empresariais, órgãos jurídicos, agências governamentais, partidos políticos, universidades e centros de pesquisa.

#### **4. CONCLUSÕES**

Os resultados obtidos demonstram que, ao invés de constataremos uma redução do número de manifestações e de protestos públicos em decorrência da maior institucionalização e profissionalização da luta ambiental, o que se tem observado é uma intensa proliferação de tais repertórios de ação coletiva. Eles evidenciam que um dos principais desafios levantados pela observação dessa proliferação de manifestações e protestos ambientais, diz respeito à apreensão de sua importância para as dinâmicas internas de organização e de articulação das organizações e lideranças vinculadas à defesa de causas ambientais.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BEAUD, S. & WEBER, F. Guide de l'Enquête de Terrain. Paris, La Découverte, 1998.
- BOURDIEU, P. La Distinction. Critique sociale du jugement. Paris, Minuit, 1979.
- CARDOSO, R. L. Movimentos Sociais na América Latina. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 3, vol. 1, fevereiro, 1987.
- EDER, K. A Nova Política de Classes. Bauru-SP,
- FILLIEULE, O. Propositions Pour Une Analyse Processuelle de l'Engagement Individuel. Revue Francaise de Science Politique, Vol 51, nº 1-2, p. 199-215, février-avril, 2001.
- GOHN, M. G. Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo, Loyola, 1997.
- MISCHE, A. “De Estudantes a Cidadãos. Redes de Jovens e Participação Política”. In: Revista Brasileira de Educação, nº. 5 e 6, p. 134-150, 1997.
- NÉVEU, E. Sociologie des Mouvements Sociaux. Paris, La Découverte, 1996.
- OLIVEIRA, W. J. F. “Gênese e Redefinição da Causa Ambiental no Brasil”. REUNIÃO ANUAL DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, VII, Porto Alegre. Porto Alegre, Anais da RAM, 2007.
- PÉCAUT, D. Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o povo e a nação. São Paulo, Ática, 1990.

SADER, E. PAOLI, M. C. Sobre "Classes Populares" no Pensamento Sociológico Brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, R. A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 39-68, 1986.

TORNQUIST, C. S. O Planeta e o Quintal: o movimento ecológico frente à administração popular em Porto Alegre. Florianópolis, UFSC/PPGSOCPOL (Dissertação de Mestrado), 1992.